

DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF: A HETEROGENEIDADE NA REGULARIDADE

DESTITUTION DE DILMA ROUSSEFF: L'HÉTÉROGENEITÉ DANS LA RÉGULARITÉ

Felipe Masquio de Souza¹
Vanice Maria Oliveira Sargentini²

RESUMO: Este artigo discute a heterogeneidade presente no discurso sobre a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff. Teoricamente, apresenta ao leitor a possibilidade de uma análise do discurso pautada na perspectiva de Michel Foucault com suas postulações sobre discurso e enunciado e sobre a noção de *comentário*. Para a descrição linguística, baseia-se no aparato teórico-metodológico apresentado por Courtine (2009), em especial no que tange à noção de “enunciado dividido” e a de “sequências discursivas de referência”. A partir de editoriais dos veículos de imprensa Folha de S. Paulo, Carta Maior e *Le Monde*, busca-se mostrar, como suposição de resultados, o funcionamento das formações discursivas (COURTINE, 2009) quanto às suas heterogeneidades nos enunciados dos que gritaram “golpe” ou *impeachment* ao se referirem ao acontecimento político de 2016.

Palavras-chave: Discurso; heterogeneidade; *impeachment*; golpe.

RESUMÉ: Cet article discute l'hétérogénéité présente dans le discours sur la destitution de l'ex-présidente Dilma Rousseff. Théoriquement, il offre au lecteur la possibilité d'une analyse du discours à partir de la perspective de Michel Foucault avec ses postulations sur le discours et l'énonciation et sur la notion de commentaire. Pour la description linguistique, elle s'appuie sur le dispositif théorique-méthodologique présenté par Courtine (2009), notamment en ce qui concerne la notion d'« énoncé divisé » et celle de « séquences discursives de référence ». A partir des éditoriaux des véhicules de la presse Folha de S. Paulo, Carta Maior et *Le Monde*, on cherche présenter, comme supposition de résultats, le fonctionnement des formations discursives (COURTINE, 2009) par leurs hétérogénéités dans les énoncés que affirmaient “coup” ou *impeachment* pour désigner l'événement politique de 2016.

Mots-clés: Discours; hétérogénéité; *impeachment*; coup.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.

² Professora Titular (Sênior) do PPGL - Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar) e Professora Visitante da Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Introdução

No ano de 2016, no Brasil, legitima-se o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Diante da polêmica em torno de sua destituição, propomo-nos a analisar os discursos encampados pela grande mídia no Brasil, detidamente pelos veículos de comunicação Folha de S. Paulo, Carta Maior e *Le Monde*. Considerando que o discurso não tem data limite para começar nem findar, buscou-se focalizar os enunciados em editoriais de jornais, no limite temporal de 2015 a 2016, considerando-os, portanto, como reverberação de um discurso político e midiático contemporâneo, atravessados como estão pela espetacularização e pela ideologia neoliberal.

O aporte teórico-metodológico utilizado é o dos postulados de Michel Foucault, em suas contribuições para uma teoria do discurso e de pensadores de seu entorno, bem como os de J-J. Courtine, em suas importantes reformulações para a Análise do Discurso de linha francesa.

O objetivo de nosso estudo foi identificar possíveis regularidades entre os discursos adotados pelos meios de comunicação em exame (se *impeachment* ou “golpe”) à luz de conceitos como formação discursiva, enunciado, arquivo, entre outros. Para tanto, recorreu-se ao isolamento de sequências discursivas de referência (COURTINE, 1981[2009], p. 108), verificando ao mesmo tempo as possibilidades de enunciados divididos.

Dos editoriais, que somam 25, alguns foram selecionados como mais pertinentes para a análise em razão da repetibilidade de sequências discursivas semelhantes, a partir das quais se procurou destacar suas inscrições em formações discursivas distintas, além de as situarmos nos procedimentos internos e externos de controle do discurso (FOUCAULT, 1970[1996], p. 21), especialmente no que tange à noção de *comentário*.

Como suposição de resultados, encontramos posições enunciativas de distintas formações discursivas à revelia mesmo do que propunha o projeto editorial de cada veículo, reflexo da presença do Outro na materialidade da língua. Com algumas exceções de Carta Maior, portal *on-line* lido como de orientação progressista, os demais veículos analisados não aprofundaram nos sentidos vários que se pode(riam) estabelecer para ‘democracia’ ou ‘golpe’, limitando-se ao comentário, de forma que, ao repetirem os mesmos dizeres sobre um mesmo tema, acabaram por “disforizar” o(s) sentido(s) das palavras, afirmando a suposta soberania do significante (FOUCAULT, 1996, p. 51).

1 A heterogeneidade na regularidade

A heterogeneidade das formações discursivas alcançou um *status* de conceito em Análise do Discurso, sobretudo após a publicação de *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, tese de Jean-Jacques Courtine, de 1981. Esse trabalho, prefaciado por Michel Pêcheux, constitui até os dias de hoje um marco nos estudos do discurso, porque articula conceitos da *Arqueologia do Saber* (1969), de Michel Foucault, com a base teórica pècheutiana.

Aos estudar os textos oriundos do Partido Comunista Francês (PCF), publicados ao longo de 40 anos, Courtine (2009) observou que, mesmo em diferentes materialidades linguísticas, tais textos não consistiam num bloco homogêneo de enunciados, pois boa parte

deles era uma resposta à formação discursiva “católica”, com a qual dialogavam insistentemente.

De certa forma, orientados pela tese de Courtine, outros estudiosos do discurso se seguiram em abordagem conceitual semelhante; Authier-Revuz (1990, p. 32)³, à sua maneira; Maingueneau (2015, p. 39), ao refletir sobre os discursos relatados, entre outros, o que pareceu indicar a produtividade desse conceito para o campo da AD.

Neste estudo, a heterogeneidade é entendida como constitutiva da linguagem, de tal modo que não pode não ser expressa na superfície da língua, e nesse sentido, entendemos que uma análise do discurso se inicia aí, mas não se reduz também somente ao linguístico.

Para se analisar as formações discursivas, que, segundo Foucault (2008, p.43) seriam “certo número de enunciados semelhantes em um sistema de dispersão”, é necessário olhar para a conjuntura histórica do objeto estudado, e a exemplo do que fizera em *Arqueologia do Saber* (1969), com seu entendimento acerca de uma história que é formada de irrupções e descontinuidades, seguimos caminho parecido na definição de formações discursivas como “fronteiras que se deslocam” (COURTINE, 2009, p. 100), pois são, a um só tempo, instáveis e detentoras também de certas regularidades, como foi o que encontramos na análise de sequências discursivas de referência (SDR) a partir dos editoriais dos 03 veículos de comunicação, *a priori* “diferentes” em seus projetos editoriais. E sobre eles, importa destacar que, os projetos editoriais a partir dos quais se autodefinem os jornais, não encontram respaldo numa análise com a nossa perspectiva até aqui adotada, justamente porque se eles fossem “fechados”, se participassem de formações discursivas totalmente homogêneas, não abarcariam, tampouco perseguiriam palavras e ideias de outras formações, isto sim, bastante verificável no material analisado⁴.

Assim, para concluirmos este percurso conceitual a respeito da heterogeneidade das formações discursivas, intentamos deixar claro que nossa análise partiu de uma hipótese de que os discursos não são, de fato, repartições inteiramente bem divididas, mas a contradição lhe é constitutiva (FOUCAULT, 2008, p.171); assim, o objetivo foi identificar relações entre as formações, de aliança, de antagonismo, de refutação ou de homologação, conforme lemos em Courtine (2009, p. 106). Para isso, analisamos a circulação de enunciados que ora “gritavam” “Foi golpe”, em relação à destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), ora bradavam “*Impeachment* não é golpe”. Tais enunciados nos pareceram à primeira vista diametralmente opostos, mas eles mesmos condensavam possibilidades de um “enunciado dividido”.

Nesse aspecto, no tocante ao processo de destituição de Dilma Rousseff, nossa perspectiva analítica é uma sugestão a outros trabalhos que venham a se inscrever no âmbito do discurso político, e de suas relações com a mídia, por exemplo, pois não insiste na “extração” ou separação de componentes ideológicos que governariam uma FD (formação discursiva).

Antes, partimos de um aparato teórico foucaultiano, bastante desenvolvido por Courtine (2009, p. 99), com foco no discurso político enquanto “comentário”, esse último nos termos de Foucault, n’*A ordem do discurso* (1970).

Na seção seguinte, será exposto de forma mais detalhada o método que adotamos para a constituição de nosso *corpus*, que consiste basicamente no isolamento de sequências discursivas,

³ Authier-Revuz desenvolveu suas reflexões, principalmente, na esteira de teorias psicanalíticas, como as de Freud e as de Lacan.

⁴ Na seção 2 do artigo, o leitor poderá ver parte, bastante breve, é verdade, do material que reunimos em nossa pesquisa.

até que formem uma sequência de referência⁵, o que fora feito em cada um dos jornais analisados.

Assim, no que concerne ao *corpus*, foram selecionados previamente os editoriais, sendo 10 de FSP, 10 de CM e 05 de LM; a escolha desse tipo de texto se deu em razão de sua natureza mais argumentativa, o que não nos restaria tão evidente se recolhêssemos da imprensa reportagens ou outros textos predominantemente informativos.

2 Mídia e estratégias discursivas no episódio de Dilma Rousseff

Como mencionado, as diferenças contempladas na heterogeneidade discursiva foram examinadas a partir de editoriais de Folha de S. Paulo (doravante FSP), Carta Maior (CM) e de *Le Monde* (LM). A escolha da FSP se deu em razão de o jornal ser aquele de maior circulação no país⁶, como ele próprio define em seu projeto editorial, publicado agora em seu site; CM, por sua vez, é tido como portal de esquerda com bastante acesso na Web, e assim se autodeclara também; já *Le Monde* é a nossa opção de veículo estrangeiro, e nos interessou, sobremaneira, o modo como somos vistos do outro lado do Atlântico.

Por vezes, uma consulta aos projetos editoriais dos veículos analisados nos levaria a crer que eles seguem estritamente o que se impõem como diretrizes, ou, dizendo em termos discursivos, como blocos homogêneos; daí a importância em olharmos para as formulações, pois no caso em tela, elas são quase idênticas, embora inscritas em jornais de posição política/ideológica enunciadas como distintas.

Para se pensar tais formulações, recorreremos às SDs (sequências discursivas), que, de acordo com Courtine (2009, p. 84) funcionam como enunciado menor dentre os possíveis e realizáveis, estando, assim, relacionadas ao interdiscurso.

A frequente e regular formulação de uma mesma SD nos conduz a outra sequência mais específica, que seria a de referência (SDR) para um determinado texto, determinado veículo, em abordagem temática única. Por nosso gesto analítico, é possível notar que há uma mesma SDR (no episódio Dilma Rousseff) sendo explorada por Folha de S. Paulo, Carta Maior e *Le Monde*; é o caso de uma mesma formulação partindo de formações discursivas que são inicialmente opostas, mas não o são suficientemente ao ponto de não dialogar ou de não consumir na fonte do Outro. Aliás, também essa observação é a razão pela qual consideramos profícua a inserção da noção de *comentário* em Foucault (1996, p. 25) em nosso aparato teórico.

Para Foucault (1996, p. 25), a noção de comentário é um procedimento de delimitação do discurso, pois se resume a um mesmo tema pela replicação de palavras e ideias, ainda que empregadas em citações e paráfrases, por exemplo. Tal noção é também contraditória, pois quanto mais se comenta sobre um assunto, mais o tema se multiplica na sociedade ganhando amplo alcance. Por outro lado, distribui-se muito do mesmo, o que faz com que a pluralidade se perca, fortalecendo apenas uma ou duas formas de interpretação de um acontecimento. E no que se refere às mídias, aquelas com maior alcance acabam tendo, assim, mais poder.

A grande mídia, detidamente no episódio envolvendo Dilma, enunciou a partir de um contexto - por ela também produzido - de denúncias de corrupção envolvendo as gestões do

⁵ *Ibid.*

⁶ Os dados são de 2021, do IVC (Instituto Verificador de Comunicação) <https://folha.com/i57cjue3>

Partido dos Trabalhadores (PT), no bojo da operação Lava-Jato, principalmente, bem como enunciou a partir do discurso de crise econômica e da inaptidão da ex-presidenta Dilma para governar o país. Portanto, o início de qualquer conversa dessa temática deveria, para FSP, por exemplo, começar com “A corrupção, a crise econômica e a gestão temerária do governo Dilma e do PT”. Pareceu-nos importante para a mídia corporativa não dissociar a imagem de Dilma à do PT, pois o que se tinha era uma criminalização não só da administração federal vigente, mas também do partido ao qual Dilma Rousseff pertencia.

Carta Maior, por sua vez, parece ter percebido que o *impeachment* de Dilma Rousseff era apenas um ponto no interior de uma mudança maior que à época se avizinhava, uma mudança para a agenda neoliberal, que provocaria consequências de natureza econômica, social e política, tais como as que temos experimentado nos dias de hoje. A denúncia era, portanto, não só de um “golpe jurídico, parlamentar e midiático” em curso, mas contemplava interesses também econômicos.

No caso de *Le Monde*, foi possível notar que o diário francês se espelhou nas publicações da FSP em um primeiro momento, principalmente ao defender a ideia - em um de seus editoriais - de que Dilma Rousseff e o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva incorriam em erro ao chamar o processo de destituição de “golpe institucional”. Posteriormente, contudo, o jornal encampou a defesa da não legalidade do processo, reiterando que o motivo não eram as pedaladas fiscais, como ficaram conhecidas as manobras orçamentárias de que Dilma fora acusada.

Em alguma medida, como se revela nos textos examinados, os jornais pareciam supor que insistir na ideia de “pedaladas fiscais” não seria uma estratégia muito produtiva, seja pelo pouco conhecimento do público em geral, que ignorava que efeitos isso teria em suas vidas cotidianas, seja porque o próprio processo de *impeachment*, tentando adesão junto à parte da população, carecia de outros discursos, como o da corrupção e o da crise econômica (MENEZES, 2016, pp. 170-71). O que não se deve ignorar é que, de posse dessas estratégias, cada veículo da mídia, à sua maneira, no interior de suas formações discursivas, produziram consensos sobre qual tema deveriam falar aos seus leitores, incorrendo num processo bastante genuíno de discursivização, isto é, da construção de fatos, não pela notícia, mas pelo discurso, tendo em vista o poder que ele nos exerce.

2.1 As formações discursivas e suas instabilidades para dizer “golpe”

Antes de expormos o modo como foram entendidas as formações discursivas no interior de nossa pesquisa sobre os discursos da destituição de Dilma Rousseff, cabe-nos situarmos o conceito.

Trabalharemos com a noção de formação discursiva em Courtine (2009, p. 82), que se apoia em Foucault, descrevendo-a como um “sistema de formação de enunciados”, cuja unidade é dividida, ponto em que o autor da tese sobre o discurso político comunista já nos revela o caráter não homogêneo dessas formações.

Courtine (2009, p. 185-87), que em boa medida aperfeiçoou as discussões de Pêcheux sobre o pré-construído, nos serve de referência para se analisar enunciados que se apresentam divididos já na sua materialidade linguística (sintaticamente), embora semanticamente eles também possam ser apreendidos num olhar analítico. Em sua tese, ele aponta que a

constituição de enunciados, tanto de formação católica, quanto os da formação comunista, é povoada pelas palavras do Outro, seja para estabelecer uma relação de diálogo, de contestação ou homologação. Esquemáticamente, teríamos o que o autor convencionou chamar de fórmula $[E] = P \{X/Y\}$, em que E representa o enunciado, as formulações, nas posições de referência {X, Y}, e elas não são comutáveis (não podem ser substituídas por termos de outras formações), mas elas próprias já figuram a contradição.

Em “A violência vem dos comunistas”, exemplo retirado dos textos de Courtine (2009, p. 177), já se subjaz à formulação algo do tipo “A violência, não é de nós que ela vem” (no caso, de sujeitos pertencentes à FD católica).

Já no tocante aos editoriais que analisamos, as sequências discursivas deles extraídas mostraram a contradição latente entre os que defendiam que a destituição era um “golpe” e aqueles que a chamavam de *impeachment*, que segundo análise de Seixas (2019, p. 33), com a qual concordamos, o uso de *impeachment*, particularmente no ocorrido de 2016, era na verdade uma afirmação de *não-golpe*, justamente pelo tom de resposta que o contexto político de manifestações então levantava.

Por um lado, há aqueles que bradavam “Não vai ter golpe!”; por outro, havia aqueles que gritavam “*Impeachment* não é golpe”. Imagens seguintes ilustram bem como se organizaram discursivamente tais movimentos, separados, majoritariamente pela grande mídia, como sendo os de “esquerda” e os de “direita”. Outrora, a própria imprensa, que buscava evitar posicionamento político explícito, endossou a tese de que golpe seria outra coisa, bem diferente do que ocorria no país do final de 2015 a 2016. Vejamos:

Figura 1- Manifestantes em protesto contra a destituição de Dilma Rousseff.



Fonte: http://obviousmag.org/observando_o_cotidiano/nao%20vai%20ter%20golpe.jpg

Ao dizerem “Não vai ter golpe”, sujeitos proferem um enunciado que é cindido, pois dele se pode deduzir que está em curso justamente um “golpe”. Aos sujeitos de uma formação discursiva contrária, caberia, portanto, à defesa contra essas palavras, e ela veio, entre outras formulações, como na construção abaixo, retirada do jornal FSP:

Figura 2 - Publicação no site do jornal FSP.



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765921-imprensa-internacional-nao-chama-impeachment-de-golpe.shtml>

Essa recorrência a termos, que em tese seriam de outra formação, foi uma prática constante nos discursos sobre a destituição, e como se verá, esteve presente também nos editoriais dos veículos de que tratamos, o que é aceitável se tomarmos por definição as formações discursivas como fundamentalmente contraditórias. Embora refiram a um mesmo objeto temático, a forma como são construídas em muito dependerá do ponto de partida do enunciador; em nenhum momento, porém, a heterogeneidade está descartada. É isso que intentamos mostrar aqui. Se para Foucault (2008, p. 35), as formações discursivas tinham relação com diferentes momentos históricos nos quais eram forjadas - mantendo-se o mesmo objeto de que falavam - para Courtine (2009, pp. 237-240), essas diferenças, esses momentos de interstícios não escapariam também à contradição clarificada na própria língua, e mais, apelariam, por sua natureza, à memória discursiva de fatos acontecidos, já enunciados.

É verdade que há, independentemente do veículo de imprensa, uma tentativa em se definir a situação política do país, o que é feito, quase sempre, por meio do verbo “ser” já conjugado, em construções típicas, como “*impeachment* é”, do que se segue “é instrumento legal”, “é golpe, sem crime de responsabilidade”, etc. Mas a característica inerente às formações discursivas, qual seja, a contradição, faz com que elas não se fechem, permanecendo instáveis.

O portal Carta Maior, por exemplo, não raro, frequentava os enunciados da própria Folha, a quem pareciam tomar como representante da mídia corporativa, e a partir disso, construíam suas definições a respeito do processo sofrido por Dilma.

A tentativa de controle sobre o dizer e sobre as definições de um fato não passa somente pelo crivo do dicionário da língua na qual se enuncia. Consideramos que a conceituação de um acontecimento é discursiva, porque é inscrita num jogo de poder do qual o discurso é parte.

Pensando com Foucault (1996, p. 10), pode-se dizer que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” Nessa direção, são as acomodações de um jogo de

verdade, no seio de um acontecimento histórico, que determinam os sentidos (ou seus efeitos) da tomada da palavra. Também é por essa razão que as fronteiras de uma formação não se isolam dos limites de outra(s). Com relação aos eventos históricos, muitos deles são ignorados por parte de nossa mídia, o que implica numa sempre tácita definição do presente, tomado ele por si mesmo. Visando ampliar perspectivas, mostraremos a seguir como as designações de “golpe” podem sofrer variação, conforme avancemos pelo contemporâneo; sem contudo, negligenciar o passado.

2.2 Se é golpe, de que golpe estamos falando?

A FSP e o LM escreveram em seus editoriais que não haveria o porquê de se falar em golpe na alusão à deposição da presidenta Dilma. LM, por exemplo, escreveu em 30/03/2016, o editorial “Brésil: Ceci n’est pas un coup d’État”⁷, em que afirmou que o uso de “golpe constitucional” na retórica de Dilma e de Lula era uma contradição em termos.

Ocorre que as definições estão muito atreladas ao ponto de vista do sujeito que enuncia em dado momento, a partir de certa posição ideológica, e no caso de golpe, faz-se necessário contrapor o que sugere ser seu antônimo: de qual democracia estamos a falar?

A democracia experimentada no Brasil, no pós-ditadura civil-militar, é a representativa, e, frequentemente, tem-se falado em declínio de representatividade, sobretudo nos anos que avançam por este século.

Em resumo, democracia tem seu sentido mais ou menos estabilizado na origem grega, na qual se diz se tratar de um “governo do povo”. Evidentemente, essa definição passou por construção de diferentes matizes teóricas. Lins (2017, p. 03), por exemplo, sugere três modalidades de democracia, amparadas no pensamento clássico político: democracia representativa, tendo Thomas Hobbes como um de seus maiores expoentes; democracia liberal, notadamente a partir de John Locke, e a de Stuart Mil, que ainda conforme Lins (2017, p. 03), seria uma democracia representativa “com pouca intervenção estatal”.

Importante registrar que o poder econômico, e mesmo as relações de poder envolvendo aspectos de cultura, moldaram ambos o regime de democracia que temos hoje, e nesse sentido, ela pode ser muito bem confundida com alternância de poder via eleições diretas dos mandatários de um país.

Observa-se ainda que, com a mesma naturalidade que se fala de democracia (leia-se aqui para nossos propósitos “os discursos construídos pela mídia”), fala-se de “golpe” ou de sua não existência, apoiadas como estão as grandes massas pelos discursos tradicionais, que elegem um protótipo de regime de governo e também de ruptura democrática.

Atualmente, se não se pode falar em democracia representativa sem que se tomem os cuidados em relativizar ou expandir seu conceito, não se pode também falar em golpe apenas como uso da força violenta para depor um governo democraticamente constituído.

Nas malhas do contemporâneo, Todorov (2020, p. 10), em seu *Inimigos íntimos da democracia*, originalmente publicado em 2012, analisa que a democracia não enfrenta apenas inimigos externos a ela, como poderia ser descrito um golpe militar, em que frequentemente se ameaça o chefe do Executivo, enfraquecendo-o perante as Forças Armadas de uma nação. Há

⁷ “Brasil: Isso não é um golpe de Estado”. (Tradução nossa).

também, e num crescendo, seus inimigos internos, como é o caso das grandes corporações detentoras de poderio econômico, capazes de mudar o rumo político de um país, como é ainda o caso da mídia, ou da liberdade exacerbada, responsável por questionar até mesmo os limites impostos por um regime coletivo submetido a “decisões” públicas.

Daí nascem para nosso estudo elementos fundamentais à compreensão do processo de destituição do qual Dilma Rousseff foi vítima, que consoante o discurso inicial de Folha de S. Paulo e *Le Monde*, não se tratou de um golpe de Estado, porque o *impeachment* é mesmo instrumento previsto em lei.

No caso em questão, parte dos que queriam a derrubada de Dilma alegaram que, por ser um processo legal, e cujos ritos foram aprovados pelo Supremo Tribunal Federal, o *impeachment* não poderia ser um golpe. Mas se pensarmos que, no interior da não fortalecida democracia brasileira, recursos emanados dela foram empregados para causar sua própria ruptura, poderemos ter uma perspectiva que é também a menos adotada pela grande mídia.

De um ponto de vista da Ciência Política, com a qual em dados momentos esta pesquisa se articula, os golpes praticados hoje, especialmente na América Latina, podem ser denominados “neogolpes”. (MONTEIRO, 2018, p. 61). Para esse autor, trata-se de uma modalidade nova na literatura política, ainda aberta a leituras e investigações, pouco percebida de modo geral, porque a ruptura de poder que provoca não é feita nos moldes clássicos.

Já de um ponto de vista discursivo, pensando-se na noção de comentário, tal como postulada por Foucault (1996, p. 21), certas ideias que temos de certos conceitos muito se deve ao fato de serem tomadas sempre nos mesmos textos, os quais são distribuídos quase sempre numa esfera de mídia, com definições de sentido previamente estabilizadas. Para o filósofo francês, era preciso “suspender a soberania do significante” (FOUCAULT, p. 51, 1996), o que cabe na historicidade do conceito de “democracia” e de “golpe”. Dizer que é necessário suspender tal soberania é o mesmo que dizer que “deve se devolver ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, p. 51, 1996). Deve-se analisar, pois, as coerções de poder que subjazem determinados acontecimentos, determinados fatos (entre os quais estão inclusos aqueles que são políticos), são essas coerções, enfim, que ajudarão a determinar de que democracia se está falando ou de que golpe se está comentando.

Os discursos, que são os meios pelos quais significamos e ressignificamos os sentidos e os fatos, não estão dados previamente no universo de linguagem; ao contrário, abordando a representação da linguagem em Foucault, Jourdan (2019, p. 51) é autora que oferece grandes contribuições ao abordar as relações de poder como instauradoras de linguagem, de ato discursivo. Dessa forma, a palavra não representa a luta, ela é, consoante Foucault (1996, p. 10), o poder pelo qual se luta.

Em concordância com o ideário foucaultiano, nosso intento é o de oferecer ao leitor possibilidade de uma análise de discursos que situa as relações de poder no jogo de forças de palavras. A imprensa tende a se comportar como definidora de algo, o que é natural da linguagem, e a repetição indefinida de seus conceitos é o comentário do qual falou Foucault; a destituição de Dilma não escapou a isso, quer seja de um lado mais corporativo (jornal FSP), ou de um lado mais alternativo (portal CM).

2.3 O corpus: os editoriais e as sequências discursivas de referência

O *corpus* da pesquisa reuniu, conforme dito, 25 editoriais. Tentou-se obter uma equivalência no que respeita ao número de publicações desses textos feitas pelos veículos: 10 de FSP e 10 de CM e 05 de LM; dos analisados, é o veículo que menos publicou. Todos os editoriais foram retirados do período compreendido entre início de 2015 a agosto de 2016, quando Dilma Rousseff oficialmente perdeu o cargo, em vaticínio dado pelo Senado.

Da leitura dos editoriais extraímos as sequências discursivas, em um modelo como o aplicado por Courtine em *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Naquela ocasião, e assim também consideramos, as sequências discursivas de referência, dadas a partir de formulações idênticas sobre um mesmo tema de discurso, foram uma demonstração bastante convincente sobre como a AD tinha uma de suas bases na Linguística, ao evidenciar a materialidade de que são feitos os discursos.

Segundo Courtine (2009, p. 106), as SDR são uma forma de organização do *corpus* oral ou escrito, são sequências de dimensão superior à frase, estando relacionada ao modo como as formulamos, no intradiscurso.

A partir de recorrências e regularidades, escolhemos uma que pudesse ser representativa do que estava sendo dito nos editoriais examinados, de cada veículo de comunicação. Como, frequentemente, os editoriais seguem uma linha definida pelo projeto de jornalismo de um veículo, não foi tarefa largamente difícil encontrar as regularidades, mesmo em meio a uma heterogeneidade discursiva. Essas regularidades de formulação, no entanto, foram analisadas a partir do campo enunciativo do qual emergiam, sem olhar exclusivamente para o que um veículo propunha enquanto jornal (se de direita, de centro ou de esquerda, por exemplo).

Pelas sequências, em FSP, CM e LM, chegamos à possibilidade de enunciados divididos, onde a heterogeneidade das formações discursivas mostrou-se mais evidente.

Os três veículos partiram de uma sequência discursiva que abordava elementos em comum, quais sejam, a pauta da corrupção, crise econômica e suposta inabilidade do governo de Dilma. Esses, que eram os temas dominantes dos editoriais, não figuravam entre o motivo pelo qual o processo de *impeachment* foi aceito na Câmara dos Deputados, àquela época presidida pelo então deputado Eduardo Cunha (PMDB). Cumpre salientar que os editoriais não receberam análise em si mesmos, mas foram localizados como “uma superfície linguística transformada em discurso” (MARQUEZAN, 2009, p. 100). A destituição da ex-presidenta petista foi, sob esse olhar, um acontecimento discursivo, e os nossos editoriais são o recorte de enunciado linguístico para explicitar como se fez circular o discurso sobre sua queda.

2.3.1 Folha de S. Paulo

O jornal FSP ficou conhecido na imprensa por ser um dos defensores do processo de destituição de Rousseff. Em um primeiro momento, defendeu que a presidenta renunciasse, afirmando que seguiria “empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões”, mas que passaria “a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional”. (02/04/2016).

Neste mesmo editorial, os motivos foram relacionados à suspeita de corrupção na estatal brasileira Petrobrás, o que teria auxiliado ainda, segundo o veículo, a formação de um cenário econômico de fuga de investidores do país e de alta inflação.

O corpo editorial da Folha defendia ainda que Michel Temer, vice de Dilma, não assumisse a vacância presidencial, pois tinha baixa popularidade perante os brasileiros. Segundo FSP, ainda no mesmo editorial, seria melhor “que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação.” Do material que se retirou do jornal, essa era – em linhas gerais – a opinião do veículo.

Foram destacadas 31 seqüências discursivas, a partir das quais chegamos a que serviu de referência para o jornal, elegendo-se a regularidade e a frequente aparição de formulações idênticas para sua definição A SDR de FSP é, pois:

“Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece. Formou-se imensa maioria favorável a seu *impeachment*”. (02/04/2016).

Como se pode ler, a SDR aborda de modo concomitante o tema da corrupção, a recessão econômica e a governabilidade (“estelionato eleitoral”).

Foi nos trilhos desse percurso que o jornal fez circular o discurso sobre a destituição, fixando-o, de maneira que todos seus editoriais, no período investigado, abordassem algum dos elementos da SDR, quase sempre tratados conjuntamente, o que parece ter reforçado, entre seus leitores e o público alcançado pela mídia, a argumentação de que o *impeachment* era válido, mais ainda por ser legal, embora a questão das pedaladas fiscais ficassem em segundo plano. Pode-se pensar a esse respeito no constante esforço do veículo para delimitar as fronteiras de sua formação discursiva, em recurso similar à paráfrase.

2.3.2 Carta Maior

Carta Maior, que se intitula “o portal da internet da esquerda brasileira e da América Latina”⁸, dirigiu-se ao leitor abordando praticamente os mesmos temas em relação à FSP. No entanto, o fez de forma mais aprofundada, e no debate, para marcar distância da Folha, teve de voltar a enunciados típicos da formação discursiva que considerava o *impeachment* um fato de legalidade.

Como se sabe, a heterogeneidade que compõe os mais variados discursos pode ser mais ou menos evidente, além de se apresentar sob a forma de um pré-construído, paráfrase ou enunciado dividido. A menção a enunciados que seriam próprios de uma formação é mais evidente em CM do que na FSP ou no LM. Carta Maior frequentemente se vale do expediente das aspas, que conferem citação *ipsis litteris* de trechos – objeto da refutação – retirados de jornais impressos, sobretudo da Folha de S. Paulo, portanto, as marcas são mais transparentes e propositais.

Foram destacadas dos textos 52 Sds, das quais uma foi escolhida como sendo de referência no campo discursivo. Segue:

⁸ <https://www.cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/>

“O governo de Dilma, juntamente com o PT, sofre um golpe parlamentar e midiático, sendo comandado por Eduardo Cunha, na Câmara dos deputados, e pela mídia corporativa, capitaneada pela Folha de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico, principalmente; e como disfarce, tem-se a corrupção e ineficácia de medidas econômicas do governo petista.”

A sequência “governo Dilma e o PT” aparece também nos editoriais de CM, mas desta vez para dizer que há uma perseguição política contra o governo e o partido naquele momento; o jornal FSP é mencionado textualmente, sendo colocado como parte da mídia corporativa, da qual CM se exclui. A SDR eleita a partir de CM, apesar de conter elementos que uma Sd de FSP também apresenta, revela que, a formulação pode até ser semelhante, mas a sua origem, isto é, sua FD, pode ser diferente.

Na verdade, não nos é possível delimitar os espaços de uma formação discursiva, pensando-se em quando ela começa ou termina, pois ela tem por princípio o diálogo com outras formações, o que pode se dar num plano interdiscursivo, mas também intradiscursivo, conforme temos tentado apresentar nesta publicação. É por essa razão que um veículo não consegue deixar de incorporar “palavras alheias”, por mais que tente se afastar.

No entanto, também se faz necessário afirmar que as sequências extraídas das publicações de Carta Maior não apenas refutam argumentos da Folha, mas encaminham o debate para outros rumos, pois há divergências no que ambas entendem como corrupção, recessão e governabilidade. Para FSP, esses três aspectos implicados na destituição de Dilma são fatos reais, como escreveu em editorial “[...] depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece”. (02/04/2016). Para Carta Maior, como exposto na SDR do quadro anterior, não se trata de “fatos reais”, mas de produtos de discursivização, num processo em cuja parte a mídia tem sua contribuição.

2.3.3 Le Monde

No período de nossa análise, nos 05 editoriais em que LM dispensou espaço para tratar da interrupção do governo Dilma, foram separadas 17 sequências discursivas. Inicialmente, e em sua maioria, as Sds tinham aproximação bastante forte com as que foram isoladas do jornal FSP, isso porque, ao tratar da destituição da presidenta, não abordava a legalidade do processo com relação à acusação de manobras fiscais.

A tese era que o *impeachment* não seria um “golpe de Estado”, mas posteriormente, o jornal passou a defender que a corrupção não seria a causa real do processo sofrido pela então mandatária brasileira, mas justamente esse era o argumento central de Dilma e de seus correligionários, que afirmavam “*Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe”.

Em último editorial publicado no momento condizente com a saída de Dilma, LM parece ter dado uma “guinada” em relação ao discurso hegemônico que então adotou. Intitulado *La triste ironie de la chute de Dilma Rousseff*⁹, de 26/08/16, o texto dizia que a

⁹ “A triste ironia da queda de Dilma Rousseff” (Tradução nossa).

democracia no Brasil seria ameaçada por corruptos e imorais, que a despeito dessas qualificações, levaram adiante o processo.

Avaliando-se, assim, as sequências do jornal – desde o primeiro até o último editorial – foi-nos possível identificar a Sd seguinte como sendo a de referência:

“Entre crise econômica, desconfiança política e recessão, governo Dilma sofre destituição por grupos que são acusados de corrupção e malversações.”

Uma vez mais, o mote “corrupção, recessão e governabilidade” não se dissocia como parte de um enunciado; e ao mesmo tempo, o enunciado se divide, como no próprio título de um dos editoriais de *LM Brésil: ceci n’est pas un coup d’État*¹⁰, em que a negação de um enunciado faz naturalmente aparecer sua afirmação. Ora, se é preciso dizer que o que ocorria no país não era um golpe de Estado, certamente havia sujeitos de discurso que diziam o contrário.

3 Considerações finais

Intentou-se mostrar, com este trabalho, que o discurso (sobretudo o político) pôde reverberar a destituição da presidenta Dilma Rousseff de maneiras diversas na mídia brasileira; diferentes, porém próximas, porque as FDs deixam mesmo a entrever diálogos, afastando, assim, qualquer fixidez entre elas nos seus dizeres.

A leitura mais detalhada dos editoriais, a partir de nosso gesto de análise, do interior da AD de base foucaultiana, mostrou-nos que o percurso que se faz para se chegar a um enunciado passa, necessariamente, por enunciados outros, o que independe da posição política do sujeito, ou, em nosso caso, do veículo de imprensa.

À parte as diferenças conceituais sobre o evento ocorrido em 2016 em nosso país, os jornais abordaram em um mesmo discurso a destituição de Dilma. O modo como os enunciados em dispersão (FOUCAULT, 2008, p. 43) compuseram uma ou outra FD é que se deram em diferentes perspectivas, a partir de onde emergiram.

Foram essas regularidades em face das diferenças que nos interessaram, além é claro de sua circulação em curso (como um texto comentou o outro mantendo os objetos de que falavam). Vimos que os editoriais dos três veículos de imprensa apresentaram como regularidade a crise política e econômica e evitaram falar da ilegalidade, mas no interior dessa regularidade há a heterogeneidade que apresenta os posicionamentos mais à direita ou à esquerda de cada veículo, fazendo ver que a regularidade não é indicadora de homogeneidade. É exatamente a regularidade com fronteiras que se deslocam que exibem a heterogeneidade dos discursos.

Pode-se dizer, outrossim, que, enquanto recorremos a Foucault (2008, p. 21) para pensar em como o discurso se estrutura - sem ser uma estrutura, aliás - em Courtine (2009, p. 57) encontramos confluências para uma descrição mais detidamente linguística, que abarcasse ao mesmo tempo o discursivo, para os propósitos estabelecidos em nossa análise.

¹⁰ “Brasil: isto não é um golpe de Estado”

Nesse cenário, responder se o que ocorreu com Dilma Rousseff foi *impeachment* ou “golpe” deixa de ser uma preocupação central, mesmo porque a solução não passa por adequações de sentido vocabular, nem mesmo se acha resolvida no plano discursivo, mas expõe, isto sim, o funcionamento da linguagem, como um jogo de relações, jogo este que envolvem “verdades”, poder e circulação de dizeres.

Como o botânico, que verifica as mais diversas plantas e apenas as descreve, procurando afastar-se de julgamentos, o analista, guardadas as devidas proporções, assim também se comporta. Ainda que a interpretação apareça, batimento interpretação-descrição (PÊCHEUX, 1983, p. 54), a descrição é o elemento do qual não se pode prescindir, afinal, ela atesta, na materialidade da língua, a própria maneira como a língua está sendo empregada em dados contextos e momentos.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (orgs.) *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, UNICAMP – IEL, jul/dez. 1990, pp.1-170.
- COURTINE, J.J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- JOURDAN, C. R. Foucault e a ruptura com a representação. *História: Questões e debates*, v. 67, pp. 43-67-67, 2019.
- LINS, R. O que é democracia? Uma visão exploratória na ciência política. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(195), pp. 09-22, 2017.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba (PR): Criar Edições, 2005.
- MARQUEZAN, R. A constituição do corpus de pesquisa. *Revista Educação Especial (UFES)*, v. 22, pp. 97-110, 2009.
- MENEZES K. O discurso da crise: resistências que produzem consensos. In: CURSINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (orgs.). *(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistências nos discursos*. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- MONTEIRO, V. L. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, pp. 55-97, 2018.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 1. ed. 1983. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.
- SEIXAS, R. *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise do conflito de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*. (Tese de doutoramento) – UFMG, Belo Horizonte, 433p., 2019.

TODOROV, T. *Os inimigos íntimos da democracia*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2020.

Referências consultadas

FOLHA É O JORNAL MAIS NACIONAL DO PAÍS E O DE MAIOR AUDIÊNCIA E CIRCULAÇÃO, Folha de S. Paulo, São Paulo, 27 mar. 2021, Poder. Disponível em <<https://folha.com/i57cjue3>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

IMPrensa INTERNACIONAL NÃO CHAMA IMPEACHMENT DE GOLPE, Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 abr. 2016, Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1765921-imprensa-internacional-nao-chama-impeachment-de-golpe.shtml>> Acesso em: 05 jul. 2021.

O GOLPE SERÁ TELEVISIONADO, Obvious. Disponível em <http://obviousmag.org/observando_o_cotidiano/nao%20vai%20ter%20golpe.jpg>. Acesso em: 05 jul. 2021.

QUEM SOMOS, Carta Maior. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/>> Acesso em: 05 jul. 2021.

Recebido em: 30/07/2021

Aceito em: 15/10/2021